

A “PEC DA MÚSICA” E O (DES)ENTENDIMENTO DA CRISE DE UM MODELO DE NEGÓCIOS

Leandro de Carvalho¹

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi²

Resumo

Este artigo discute a Emenda Constitucional 123/2013, denominada “PEC da Música”, que isenta de recolhimento do ICMS e ISS a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros. Será discutido aqui o que foi, em nosso entendimento, uma solução equivocada para o problema. Usaremos o texto de justificativa da própria PEC para questionar as premissas e o equivoco de lançar mão de mecanismos de isenção fiscal para que seja garantida uma reserva de mercado para as indústrias fonográficas brasileiras. O recurso da isenção fiscal, nesse caso, transfere ao conjunto da população a responsabilidade por manter ganhos dessa indústria, o que justifica, a nosso entender, ampliar discussão sobre o mecanismo utilizado.

Palavras-chave: Indústria fonográfica, PEC da Música, Isenção Fiscal, Economia da Cultura.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) na Universidade de Brasília.

² Professora Dra. no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) na Universidade de Brasília.

Introdução

Este artigo propõe-se a uma discussão sobre a Emenda Constitucional 123/2013, denominada “PEC da Música”, que isenta de recolhimento do ICMS e ISS a produção do CD e DVD, desde o “suporte” até a comercialização, com a intenção de reduzir, por consequência, os preços finais dos CDs musicais de artistas brasileiros.

Será discutido aqui o que foi, em nosso entendimento, uma solução equivocada para o problema, mesmo se aceitarmos como completamente verdadeiras as premissas que justificam a lei.

Usaremos o texto de justificativa da própria PEC para questionar as premissas e o equívoco de lançar mão de mecanismos de isenção fiscal, mal articulado, para que seja garantida uma reserva de mercado para as indústrias fonográficas brasileiras.

Não será interesse dessa discussão aprofundar a análise sobre distribuição dos rendimentos na cadeia da música e nem entrar na polêmica sobre quem detém direito sobre esses rendimentos. Estes são temas de um trabalho maior, com pesquisa em andamento. Nos deteremos aqui a analisar que as premissas utilizadas pelo legislador não levam em conta as tendências/interesses da população e, por não refletir sobre isso, propõe uma emenda constitucional que reserva mercado, mas a um mercado sem demanda.

Defesa da cultura nacional

O legislador inicia a justificativa com um trecho ufanista em que mostra a proposta como defensora da cultura brasileira: “A presente proposta de emenda à constituição é, antes de tudo, um brado em defesa da cultura nacional”.

Seguindo a leitura inicial, o autor demonstra ter conhecimento da nova dinâmica da produção/recombinação/distribuição de conteúdos por meios digitais (discussões encontradas em LEÃO e NAKANO, 2009; LESSIG, 2001; SILVEIRA, 2009), ao citar que “é urgente a implantação de medidas que fortaleçam a produção musical brasileira; diante da avalanche cruel de pirataria e da realidade inexorável da rede mundial de computadores (internet)”. Como se nota, o uso do termo “cruel” dá o tom da defesa, mas o legislador não seguiu adiante com essa qualificação ao tratar da “rede mundial de computadores”; a esta deu o adjetivo de “realidade inexorável”. Embora sejam duas

“avalanches”, o autor escolhe adjetivar negativamente a “pirataria” e usar termos mais brandos para a “rede mundial” não querendo, dessa forma, desassociá-la de sua imagem de progresso, o que imediatamente refutaria o seu argumento.

No parágrafo seguinte, define a intenção da PEC:

A proposta de emenda constitucional em apreço cuida de estabelecer imunidade tributária para a produção musical brasileira bem como a comercialização de seus suportes físicos e digitais tendo como única restrição para sua imunidade que estes contenham músicas compostas ou gravadas por autores ou artistas brasileiros, medida que nos parece poder vir a contribuir para reverter o atual quadro de favorecimento da indústria da pirataria, que vemos se solidificar a cada dia em detrimento dos produtos legalmente produzidos e comercializados no País.

Nessa argumentação, a tributação seria, então, uma das razões para o crescimento do que denominou “indústria da pirataria”. Tal expressão não é usada aleatoriamente, naturalmente. Ao usá-la tenta associar sua proposta a notória e extensiva campanha midiática que associa a reprodução de suportes como crimes semelhantes aos contra a vida, quando anuncia em suas chamadas a “morte do artista”. Ao utilizar essas associações, desvia a atenção do que seria a reserva de mercado, para uma defesa contra o crime que mata o artista/autor/compositor.



Figura 1 - Publicidade veiculada pela RIIA, em meados dos anos 2000, com a intenção de "sensibilizar" sobre o crescimento da pirataria no mundo.

Deve-se elucidar que os autores deste artigo entendem que não pode ser tratada de forma simplificada qualquer discussão sobre a criação/criatividade e sobre direitos aos rendimentos da produção cultural. Parte-se do princípio que não há embasamento suficiente para seja possível afirmar que uma produção musical pode ser totalmente inovadora, muito menos propriedade de um indivíduo ou empresa, já que se tratam de

recombinações e reaproveitamentos como toda a produção imaterial. Como dito anteriormente, uma discussão desse nível requer maior tempo e argumentação, numa tentativa de análise que não aceitem como certos os pressupostos de racionalidade (econômica) dos quais se vestiu a produção criativa pelo mundo. Aqui, nos limitamos a dizer que não se entende a “pirataria” ou “a distribuição por meios digitais” como crime hediondo e sim como um dos aspectos de um modelo de negócio em transição e pouco entendido.

Em defesa dos prejudicados

Na fundamentação estatística da PEC, o legislador apresenta a queda “no ranking mundial de produtores fonográficos” como um prejuízo que teriam os “nossos autores, compositores, produtores, artistas e profissionais de música em geral”.

Os números apresentados pela APDIF - Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos - mostram que o Brasil, outrora detentor da sexta posição no ranking mundial de produtores fonográficos, hoje tem seu mercado reduzido ao décimo segundo lugar neste mesmo universo estando em primeiro lugar no que diz respeito às perdas decorrentes da pirataria no segmento musical, sendo nossos autores, compositores, produtores, artistas e profissionais de música em geral os mais diretamente prejudicados pela indústria ilegal.

Em favor da argumentação da PEC são ignorados outros possíveis fatores decisivos para essa queda como: (1) qualidade percebida em comparação com outros “competidores”, (2) mudanças de demanda das famílias por produtos de informática/digitais, (3) desinteresse por reprodutores do suporte CD, entre outros. Comportamentos que podem ser associados aos recentes esforços governamentais pela inclusão digital. Ao usar apenas o termo “pirataria” a PEC tenta justificar que este é principal fator para a *morte do artista* e, logo, deve ser combatido com todos os esforços possíveis.

Mais adiante, utiliza-se dos mesmos recursos de argumentação:

Entre 1997 e 2004 os efeitos da pirataria no setor fonográfico foram devastadores, tendo-se registrado uma queda pela metade no número de artistas contratados, além da perda de mais de 40% no número de lançamentos nacionais. Estima-se ainda que cerca de 2.500 postos de venda foram fechados e mais de oitenta mil empregos formais deixaram de existir desde então. A partir de 2004, a situação pareceu estabilizar-se pouco, mas já num patamar bastante crítico, mais da metade do mercado tomado por produtos ilegais e postos empregatícios informais demonstrando que o interesse pelo produto fonográfico não decaiu, mas que a imensa distância

financeira entre o produto legal e o falsificado atingiu proporções alarmantes e que precisam ser atacadas.

Os dados citados neste trecho da justificativa não mencionam, porém, que o ano de 1997 foi o melhor ano da história para as gravadoras, que vinham num crescimento anual de 30% e atingem o ápice quando vendem aproximadamente 105 milhões de cópias em 1997. Beneficiada pela estabilização econômica e pela percepção de maior poder aquisitivo dos consumidores, o mercado fonográfico chegou a seu auge e usa esses bons anos como parâmetro para sua "queda".

Em relação à evolução do mercado, vencidas as incertezas econômicas trazidas pelos anos Collor, no início dos anos 1990, o mercado brasileiro de discos foi se recuperando durante a década, apoiando-se nas mudanças econômicas dos planos FHC e Real (1993 e 1994) e na popularização do CD. As reedições dos discos de vinil em CD levaram a indústria fonográfica mundial a altos patamares de lucratividade. No Brasil, em 1998 atinge-se o maior índice de vendas já alcançado, com 105,3 milhões de unidades vendidas, levando o país ao sexto lugar no ranking mundial. (DIAS, 2010, p. 169)

Após os anos dourados, houve redução nos rendimentos de 810 milhões de reais, em 1999, para pouco mais de 300 milhões de reais em 2012, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD, 2004; 2012). Tal redução continua sendo entendida/anunciada, propositadamente ou não, como uma crise (a ser revertida) e não como transformação estrutural no modelo de negócio.

a mesma tecnologia digital que levou a indústria, num momento inicial, a seus maiores patamares de acumulação foi promovendo aos poucos a queda das vendas, que, salvo em alguns momentos de resistência, tem sido ininterrupta e demonstrado que estamos enfrentando uma mudança estrutural na lógica do negócio, e não mais uma crise de mercado. (DIAS, 2010, p. 169)

Mesmo se aceitássemos o cenário exposto como reversível, a retomada seria a partir dos ganhos do período com melhor rendimento, entre 1997 e 1999.

Como é possível perceber, este artigo está se propondo a defender que o texto elaborado para justificar a PEC exclui, deliberadamente ou não, diversos fatores de influência para a crise na indústria fonográfica, que não apenas a denominada “pirataria”. O recurso da isenção fiscal, nesse caso, transfere ao conjunto da população a responsabilidade por manter ganhos que estavam muito acima da média dos demais setores, em um mercado pouco preocupado com a eficiência (usando as mesmas terminologias mercadológicas), que tirava proveito de um ciclo de crescimento e confiança no consumo pós-inflação.

A presente proposta de emenda constitucional pretende interferir nesse quadro retirando de cena um fator que efetivamente torna a concorrência

entre o produto pirata e o original quase impraticável: o alto preço dos impostos que recaem sobre esse último, tornando seu custo final muitíssimo maior para o consumidor, independentemente da qualidade técnica, sabidamente muito inferior no produto ilegal, e mesmo do eventual desejo do comprador de prestigiar o trabalho genuíno do artista nacional, o apelo do baixo preço acaba se tornando irresistível, notadamente para aquela faixa da população com poucos recursos, que não pode se dar ao luxo de escolher um produto mais caro quando exista no mercado oferta de outros equivalentes por menor custo.

Em um mercado oligopolizado, controlado por empresas multinacionais, nos ocorre, sem grandes aprofundamentos neste momento, que a paridade Real-Dólar nos primeiros anos do Plano Real permitiu preços mais baixos e que, possivelmente, as crises cambiais do final dos anos 1990 forçaram a elevação de preços para que se mantivessem os lucros em moeda estrangeira. Em qualquer hipótese que possamos inferir, o evidente é que a indústria fonográfica cobra da sociedade a manutenção de seus melhores lucros. O discurso do “alto imposto” amplamente aceito como o grande problema brasileiro para as indústrias, denominado popularmente de “custo Brasil”, acaba por camuflar outro jargão do “economês”, o chamado de “lucro Brasil”, ou seja, camufla que preços acima da média mundial são aceitos pelos consumidores brasileiros por conta do mercado com baixa concorrência real.

É citada pelo legislador a dificuldade de uma família empobrecida consumir produtos culturais por conta dos elevados preços e estas famílias optariam, segundo a justificativa, por adquirir menor qualidade por menor preço. Antes de discutir a dicotomia baixo preço vs baixa qualidade (uma afirmação bastante questionável no ano de 2013), é preciso discutir o que o autor leva o leitor a deduzir como fato: que o consumo de produtos “pirata” seria consequência da quantidade de renda disponível para a família, ou seja, a família escolhe o produto não-licenciado porque não tem o recurso necessário para comprar o produto “oficial”. Ao analisar diversas pesquisas recentes, mesmo as que são completamente contra o compartilhamento de músicas, fica evidente que o comportamento pirata é bastante similar em qualquer faixa de renda pesquisada. Pesquisa do IPEA, realizada em 2011, aponta que 81% dos *downloaders* poderiam ser considerados “piratas”. Em qualquer faixa de renda e escolaridade pesquisada, a porcentagem de “piratas” é acima de 70% entre os usuários. Como será possível observar a seguir.

A análise realizada por técnicos do IPEA a partir dos dados da “TIC Domicílios 2010”, mostra que “de um total de 10,6 milhões de usuários pesquisados pela TIC DOMICÍLIOS 2010, com respostas válidas para o cruzamento das questões sobre download e compra de músicas ou filmes, foram considerados “piratas” 8,62 milhões”.

(IPEA, 2011 p. 15). Além dessa informação, foi possível perceber que “75% dos indivíduos foram classificados como piratas na classe A, 80% na B, 83% na C, 96% nas D e E. Já em relação à distribuição espacial, os índices de pirataria são mais elevados no Nordeste (86%), seguindo-se Sudeste (82%), Sul (79%), Norte e Centro-Oeste (73%)”. No item faixa etária, os piratas também são mais maioria em qualquer faixa pesquisada: “a pirataria é mais intensa entre os usuários de 10 a 15 anos (91%), 16 a 24 anos (83%), 45 a 59 anos (82%), 35 a 44 anos (81%), e menos expressiva entre usuários de 60 anos em diante (67%)”. O mesmo ocorre com relação à escolaridade, “é possível observar que a pirataria é maior entre aqueles com menos educação (92%), e menor entre os que têm nível superior (77%)”. (IPEA, 2011 p. 15)

Embora sejam utilizados os termos “menos expressiva” ou “menor”, ficou evidente que não se trata de um comportamento minoritário ou marginal, trata-se na verdade de um interesse generalizado, nos levando a entender que estamos diante de uma mudança estrutural e não apenas uma questão oportunista relativa a preços ou não-pagamento – vide a quantidade de pessoas “piratas” em faixas de renda com recursos disponíveis para consumir os CDs ao preço atual.

Não se trata, então, de um comportamento influenciado exclusivamente pelo preço do bem cultural: se trata de uma nova percepção de valor. Ao que tudo indica, mesmo que os preços fossem reduzidos ao equivalente das cópias piratas, o volume de vendas não cresceria na mesma proporção.

Socialização dos prejuízos

O legislador, agora ao fim de sua justificativa, retoma o argumento que associa a pirataria à renda das famílias, acreditando que a isenção fiscal poderia solucionar a situação para a indústria, ao mesmo tempo em que dá a oportunidade para as famílias empobrecidas deixarem o crime (discurso bastante similar em outros contextos):

Acreditamos que a instituição de imunidade tributária para a produção e a comercialização da música composta e/ou gravada por artistas brasileiros e comercializada em seus diversos suportes, a exemplo do que já ocorre com "livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão", pode atenuar sensivelmente a barreira econômica que pesa sobre o produto original, tornando-o mais acessível ao consumo popularizando ainda mais seu acesso às classes menos privilegiadas do país, difundindo e consolidando este importante alicerce da cultura brasileira e, por isso mesmo, dando à música a condição de retomar um merecido lugar de destaque na economia nacional.

Novamente, mesmo que considerássemos o argumento como verdadeiro, porque a redução de preços deveria ser bancada pelo conjunto da população? Se a indústria realmente acredita que seu produto mantém características de elasticidade-preço, não seria mais sensato reduzirem o preço e aumentar o volume de venda, retomando os níveis de vendas anterior? O que fica evidente aqui é que a indústria já tem conhecimento que seu produto atualmente apresenta características de demanda inelástica, ou praticamente, e que qualquer redução de preço financiado pela própria indústria teria pouco efeito sobre o volume de seus faturamentos. Logo, é mais “sensato” que seja transferida a redução de custos para os impostos, de modo que qualquer alteração no volume de vendas, decorrente da variação de preços, mesmo que desproporcional a sua redução, seja percebido como acréscimo nos lucros das empresas do setor. Dessa forma, usa-se o dinheiro público como financiador de um mercado que desconhece seu público, contribui pouco para a democratização da cultura e utiliza de discursos batidos e poucos verossímeis para justificar a manutenção de seus lucros históricos.

Convictos de que a presente proposta representa um passo importante na luta contra a pirataria física e "on-line" no meio musical brasileiro, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso para sua aprovação como emenda constitucional.

A PEC foi aprovada em novembro de 2013 e até o momento, fevereiro de 2014, a imprensa especializada não aposta no repasse total para os consumidores (DIAS, 2013; NUNOMURA, 2013). Os mais cautelosos dizem apenas que a medida trará fôlego para a indústria, reduzindo seus custos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPD. **Publicação Anual do Mercado Fonográfico ABPD 2003**. Rio de Janeiro, 2004. 84 p.

ABPD. **Publicação Anual do Mercado Fonográfico ABPD 2012**. Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Marcia Tosta. Indústria fonográfica: a reinvenção de um negócio. *In*: BOLAÑO, C.; GOLIN, C. e BRITTOS, V. **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/Unisinos; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010. 237 p.

DIAS, Tiago. **PEC da Música será promulgada, mas redução de preço pode demorar**. UOL Música. Disponível em: <<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/15/pec-da-musica-e-promulgada-nesta-quarta-mas-reducao-de-preco-pode-demorar.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

LESSIG, Lawrence. **The future of ideas**. New York: Random House, 2001.

LEÃO, João; NAKANO, Davi. O impacto da tecnologia na cadeia da música: novas oportunidades para o setor independente. *In*: PERPETUO, Irineu Franco; SILVEIRA, Sergio Amadeu (Orgs.). **O futuro da música depois da morte do CD**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

NUNOMURA, Eduardo. **PEC da Música terá efeito reduzido**. Farofafá. Disponível em: <http://farofafa.cartacapital.com.br/2013/09/25/pec-da-musica-tera-efeito-reduzido/> Acesso em: 25 fev. 2014.

REIS, Leandro. **Mercado fonográfico: O que muda com a PEC da música?** Gazeta online. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/09/noticias/cultura/1462055-mercado-fonografico-o-que-muda-com-a-pec-da-musica.html> Acesso em: 27 fev. 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A música na época de sua reprodutibilidade digital. *In*: PERPETUO, Irineu Franco; SILVEIRA, Sergio Amadeu (Orgs.). **O futuro da música depois da morte do CD**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.